

Sol – Principal Segurança das redes é caso 'muito sério' Autor: Luís Rosa	Id: 959124 Data Publicação: 23-10-2009 Fonte: Jornal Edição: 163	Página: 1 Tiragem: 210000 Periodicidade: Semanal Idioma: Português	País: Portugal Âmbito: Nacional AlturaxLargura: 5,85cmx4,55cm Media Value: 2.242,50 EUR	new search
---	---	---	--	------------

Segurança das redes é caso 'muito sério'

«ISTO é muito sério», diz José Tribolet a propósito da vulnerabilidade das redes informáticas. Afirmando que há «ignorância profunda» neste campo, adianta que o Presidente da República não terá a noção de que a informação confidencial «tem de estar encriptada sob a responsabilidade dele». » Pág. 20

20 POLÍTICA & SOCIEDADE

José Tribolet e a insegurança informática

'O país tem razões para estar preocupado'

Luís Rosa
luis.rosa@sol.pt

O PROFESSOR catedrático do Instituto Superior Técnico, considerado o maior especialista do país em sistemas de informação, garante que o Estado não tem capacidade sistémica para lidar com as ameaças à segurança das suas redes informáticas. José Tribolet, que está a assessorar a Procuradoria-geral da República, fala ainda da informatização da Justiça e analisa o chamado 'caso' das escutas.

Têm vindo a público diversos casos que põem em causa a segurança das redes informáticas do Estado – como o chamado 'caso das escutas' na Presidência. Há razões para o país ficar preocupado?

Sim, há motivos para preocupação legítima. Contudo, este tema está a ser abordado com muita incompetência. A primeira variável fundamental é a informação digital que antes era verbal ou estava contida em papel, mas que agora está digitalizada. A informação é a base do conhecimento e da pesquisa. Por exemplo, o senhor Presidente da República (PR) quando disse que suspeitava da «vulnerabilidade dos seus sistemas» e que «alguém andava a ler os seus e-mails», misturou várias coisas. O e-mail dele é informação, e a rede pode ser vulnerável e o sistema também. Mas porque é que a informação é vulnerável? Ou seja, e recorrendo a uma imagem: uma coisa é entrar no 'prédio', outra é, uma vez lá dentro, entrar em 'apartamentos' que deviam ser inespugnáveis? Exacto. Uma coisa é eu entrar no sistema (o prédio), o que é um problema; outra coisa é ter acesso às funções do sistema (por exemplo, encontrar as chaves de todos os apartamentos do prédio através

da casa da porteira), que representa um segundo problema. Ai, o intruso fica muito feliz, porque consegue entrar em minha casa. Mas um terceiro problema é encontrar a chave de um cofre e encontrar o outro todo à vista e levá-lo.

O ouro são os e-mails PR?
Sim. Como é que os seus e-mails podem ser lidos por terceiros? Será que o PR tem a noção de que a sua informação confidencial tem que estar encriptada sob a responsabilidade dele, e só dele? E que em Portugal já temos a assinatura digital que está em uso generalizado, por exemplo, na Justiça? Isto não é nenhum ataque ao Presidente, mas o problema vai muito além de pôr uns firewalls ou outras coisas semelhantes.

O ministro da Presidência afirmou, em resposta ao PR, que o Estado tem departamentos próprios para resolver as vulnerabilidades de que se queixou. Tem mesmo?

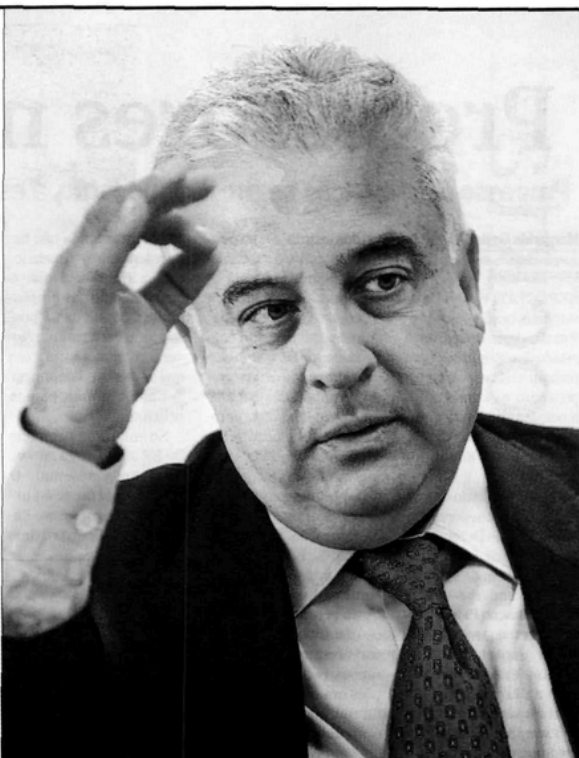
Não, o ministro da Presidência não pode garantir isso. Claro que, ao nível de mais uns gadgets, sim! Mas não existem capacidades sistémicas no Estado para lidar com os comportamentos dos seus agentes ao usarem as tecnologias de informação. Acho que ele, como qualquer outro responsável político, não com-

preende o que está aqui em causa. Há incompetência funcional e ignorância profunda – no Estado e no sector privado. Já me acusaram de arrogante, mas isto trata-se de responsabilidade pelo conhecimento e pela posição que tenho. Cada um tem que afirmar a competência que tem e eu estou pronto a ser desmentido em qualquer fórum que me prove que eu estou errado. Infelizmente, não tenho na estrutura do Estado quem me queira ouvir porque não há um fórum para falar destas coisas. Mas se eu souber algo que pode pôr em causa a vida do senhor Presidente, eu sei que há sítios do Estado onde eu me posso dirigir.

Na semana passada, uma empresa de segurança informática revelou que cerca de 79 gigabytes de informação confidencial do Ministério Público e da Polícia Judiciária tinha sido retirada furando a rede do Ministério da Justiça. O relatório tem credibilidade?
Não conheço o relatório, mas, se tivesse que apostar, apostava que essa possibilidade é credível. É preciso perspectivar o que se tem feito na Justiça desde o início dos anos 90 – e houve muitas expectativas goradas, em parte pelo jogo natural de poderes que sempre existe. Acho muito na-

'O ministro da Presidência não pode garantir que consegue resolver as vulnerabilidades informáticas da Presidência'

'Daqui a dez anos os processos judiciais em papel poderão desaparecer'



Tribolet propõe que o sistema informático de Justiça seja governado por um órgão liderado pelo PR

ANTONIO PEDRO SANTOS

tural que um magistrado esteja preocupado com a segurança da informação digitalizada. Mas que confiança é que ele tinha antes nos imensos volumes em papel? Quem é que pode garantir que não desapareciam papéis de determinado processo? sistema em papel era inseguro. O sistema actual não é 100% seguro, mas temos muito mais evidências das coisas e, se alguém tirar algo, é muito mais provável que saibamos que saiu (embora ainda não se possa saber de forma irrefutável quem o fez). Quem defende o regresso ao papel está a defender um perigo maior para a segurança do que a alternativa actual. É assim que leio a proposta do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público de suspender a informatização. **O Governo tem o objectivo de colocar todo o sector (tribunais, MP, polícias e bases de dados do Ministério da Justiça) em rede e fazer desaparecer os processos em papel. Daqui a quanto tempo isso será possível?** Penso que dez anos. A rede do Ministério das Finanças – que é excelente – levou 25 anos. O Citius actual vai progressivamente estender-se a outros domínios da Justiça. Mas na área de inquérito vai ser já no contexto do Citius

Nova Geração. Há um grupo de trabalho activíssimo que está a desenhar esse novo Citius. Estão a ser elaborados os requisitos e o caderno de encargos para o concurso internacional, precisamente para a área do inquérito, com a equipa de Maria José Morgado e não só.

Quem deve gerir esse sistema da Justiça?

A maior consequência da informática no funcionamento do Estado é a alteração do equilíbrio entre os vários poderes. A Constituição determina que a Justiça é independente do poder executivo. Portanto, uma coisa é quem deve gerir tecnicamente a 'casa das máquinas' – que, neste caso, deve ser o Instituto das Tecnologias da Justiça. Mas quem deve governar estrategicamente a arquitectura dos sistemas, da informação e dos processos, e definir os princípios e regras do seu uso, deve ser um fórum semelhante ao Conselho Superior da Defesa Nacional, presidido pelo PR e do qual façam parte o primeiro-ministro e os representantes dos diferentes agentes da Justiça, como os conselheiros das magistraturas.

O que está a ser feito no MP?
O MP tem a funcionar, desde há um ano e meio e com

enorme sucesso, o SIMP (Sistema Informático do MP). A participação do MP no sistema informático da Justiça tem que ter em conta os seus requisitos de actuação. Há duas novas componentes que já estão a ser introduzidas no Citius Nova Geração. Primeiro, os perfis de acesso dos agentes: qualquer pessoa só pode entrar no sistema após ter sido autorizado para determinada acção, num dado instante temporal e no contexto de um dado passo de um processo específico. Por outro lado, tem que haver uma 'caixa preta' que identifique todos os actos informáticos que se praticam e temos que ter um repositório documental central onde seja guardada uma cópia de todos os documentos produzidos. A sua missão é guardar o 'ouro' no cofre forte e assegurar que a essa informação só é dado acesso a quem tem legitimidade para tal e que toda essa actuação fica registada na caixa preta. Sem essa capacidade, falar de segurança, é pura magia. E é urgente proceder à migração de todos os servidores para um data-center seguro. Não podemos ter estas máquinas todas dispersas pelos tribunais. É um disparate e um desperdício de dinheiro.